



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

Ata da 2ª Reunião da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios de 2020.

Reunião Virtual por meio do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDQ4ZmFkM2QtYzJlNi00MzE3LWJmOTktOWIxMDZiZTg4ZTMx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22b8c25932-5e76-4b2b-9c53-d41745e9c92d%22%2c%22Oid%22%3a%223c99d4e7-064b-49a6-a99a-2ea008dc1e42%22%7d

Data: 10/12/2020 Horário: 09h as 12h30

Participantes:

Membros da Instância Permanente, de acordo com a Portaria MEC nº 542, de 15 de junho de 2020:

I - Representantes do Ministério da Educação:

1. Pela Secretaria de Educação Básica: Izabel Lima Pessoa, Secretária, Coordenadora Titular da Instância Permanente e Mauro Luiz Rabelo, Secretário Adjunto, Suplente.

2. Pela Secretaria de Alfabetização: **Carlos Francisco de Paula Nadalim**, Secretário, titular;
3. Pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação: **Fabrcio Storani de Oliveira**, Diretor de Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras, suplente;
4. Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), **Marcelo Lopes da Ponte**, Presidente, Titular;
5. Pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep: **Gustavo Henrique Moraes**, Diretor de Estudos Educacionais substituto, suplente.

II - Representantes dos Estados e do Distrito Federal, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed:

1. pela Região Nordeste: **Frederico da Costa Amâncio**, Secretário de Estado da Educação de Pernambuco, titular;
2. pela Região Sudeste: **Vitor de Angelo**, Secretário de Estado da Educação do Espírito Santo, titular;
3. pela Região Centro-Oeste: **Maria Cecília Amendola da Motta**, Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, titular; e
4. pela Região Sul: **Natalino Uggioni**, Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, titular.

III - Representantes dos Municípios, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime:

1. Pela Região Norte: **Vilson Sena de Macedo**, Dirigente Municipal de Educação de Espigão do Oeste/RO, titular;

2. Pela Região Sudeste: **Luiz Miguel Marins Garcia**, Dirigente Municipal de Educação de Sud Menucci/SP, titular;
3. Pela Região Centro-Oeste: **Carlos de Souza Lobo**, Dirigente Municipal de Educação de Vianópolis/GO, titular; e
4. Pela Região Sul: **Patrícia Lueders**, Dirigente Municipal de Educação de Blumenau/SC, titular.

Convidados, conforme o art. 11 da Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019:

1. **Alexsander Moreira – Coordenador-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional/DARE/SEB e Diretor Substituto da Diretoria de Articulação e Apoio às Redes de Educação Básica/DARE/SEB**
2. **Ana Caroline Santos Calazans Vilasboas – Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão Escolar/DARE/SEB**
3. **Gilson Passos de Oliveira – Diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares/DPECIM/SEB**
4. **Helber Ricardo Vieira – Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Básica/DPD/SEB**
5. **Luciana da Silva Castro – Coordenadora/CGINF/SEB**
6. **Paulo Sérgio Parro – Coordenador-Geral de Projetos e Gestão da Informação/CGINF/SEB**
7. **Renato de Oliveira Brito – Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação/DIFOR/SEB.**

Sumário executivo – resumo das discussões mais relevantes e suas deliberações e questões pendentes

A Secretária de Educação Básica e Coordenadora da Instância Permanente, Sra. Izabel Lima Pessoa, deu início à reunião aproximadamente às 09:00h, saudando a todos, momento em que foi informada da ausência da representante do Consed da região norte .

Na sequência, a Sra. Izabel informou que esta seria a última reunião da Instância em 2020, motivo pelo qual o MEC gostaria de fazer a prestação de contas relativa aos anos 2019 e 2020, destacando que o Ministério avançou e realizou muitas ações no período, especialmente nos últimos 3 meses.

A Secretária da SEB abriu a agenda compartilhando a proposta de pauta, destacando alguns pontos a respeito do andamento da reunião.

O Presidente da Undime, Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, questionou se seria possível discutir algumas ideias e alguns eixos para o próximo ano, ou seria uma reunião apenas para prestação de contas.

A Secretária Izabel explicou que o planejamento feito para a reunião havia sido somente para a prestação de contas e apresentações, pois o conteúdo seria extenso e teria um curto tempo para cada apresentação, cerca de 20 minutos, porém, caso os membros achassem pertinente, poderiam ser incluídos novos temas.

A Presidente do Consed, Sra. Maria Cecília Amendola da Mota, ressaltou que havia se preparado para dar algumas sugestões ao MEC. Em seguida solicitou a disponibilização das apresentações para os secretários não presentes e sugeriu que, num momento posterior, abrisse para a manifestação deles, pois, segundo ela, poderia se perder alguma ideia valiosa de um secretário que não estivesse presente.

O Sr. Luiz Miguel concordou e sugeriu uma nova reunião entre Consed, Undime e MEC, para se discutir ideias e integrar os desafios para o próximo ano.

A Secretária da SEB concordou e sugeriu que fossem definidas datas para a realização das reuniões requeridas, o que foi acatado pelos demais secretários do MEC e representante do FNDE.

Na sequência, a Secretária apresentou uma proposta de cronograma de reuniões a serem realizadas em 2021, sugerindo a marcação de uma nova reunião para o início de 2021. Na sequência, abriu a discussão

para os demais membros da Instância.

A Sra. Maria Cecília explicou que a primeira reunião do Consed acontece sempre em fevereiro e que seria interessante que a reunião da Instância acontecesse antes, para que fosse possível repassar o conteúdo na reunião do Consed.

O Sr. Luiz Miguel pontuou que a Undime tem reunião agendada para o dia 15 de janeiro e que seria pertinente que a reunião da Instância acontecesse antes, para que o conteúdo fosse compartilhado.

O Secretário Adjunto da SEB, Sr. Mauro Rabelo, questionou se a referida reunião proposta seria a reunião ordinária, prevista legalmente, ou se seria extraordinária.

O Sr. Renato de Oliveira Brito, Diretor de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação, propôs a data de 19 de janeiro para deliberação.

O representante do Consed, pela Região Sul, Sr. Natalino Uggioni, ponderou que a data fosse no final de fevereiro, a fim de que as instituições pudessem fazer seus alinhamentos no início do ano, promovendo maior riqueza nas discussões, posteriormente.

A Sra. Maria Cecília reiterou que a primeira reunião ordinária do Consed acontece sempre em fevereiro, dia 25, e solicitou, novamente, que a reunião da Instância fosse marcada para antes do dia 25. Sugeriu ainda, ao Luiz Miguel da Undime, que também agendasse a reunião da Instituição que ele representa, para depois da reunião da Instância.

A Secretária Izabel salientou que o MEC vem fazendo um esforço muito grande para acelerar o andamento de suas ações e que o calendário para 2021 está muito complicado, no sentido de que todas as ações que o MEC pretende desempenhar estarão associadas para auxiliar as redes de ensino na consecução do ano letivo de 2020/21. Pontuou que não se poderá protelar muito para a implementação dessas ações por haver um processo / procedimento que deverá ser observado antes da implementação de qualquer ação. Lembrou que existem impedimentos burocráticos que são difíceis de vencer e que, por isso, o sentimento de urgência para 2021 deve prevalecer. A Secretária lembrou que dia 15 de janeiro acontecerá a posse dos prefeitos eleitos e que a situação atual exigirá um sacrifício em relação às datas comemorativas, sendo necessário trabalhar nos períodos festivos / feriados.

Os membros da SEB concordaram com a Secretária, no sentido de que a data fosse definida para janeiro.

O Sr. Luiz Miguel então ressaltou a importância de uma reunião prévia de trabalho entre Undime, Consed e MEC, para que fossem definidas as ações objetivamente, de modo que as instituições tivessem tempo de execução e planejamento orçamentário, uma vez que, sozinhos, os entes não conseguirão desenvolver ações vultosas.

A Sra. Maria Cecília ratificou as ponderações feitas pela Secretária da SEB de que se deve dar continuidade aos trabalhos em andamento, sendo prudente que o próximo encontro também tenha a participação dos três entes (Consed, Undime e MEC).

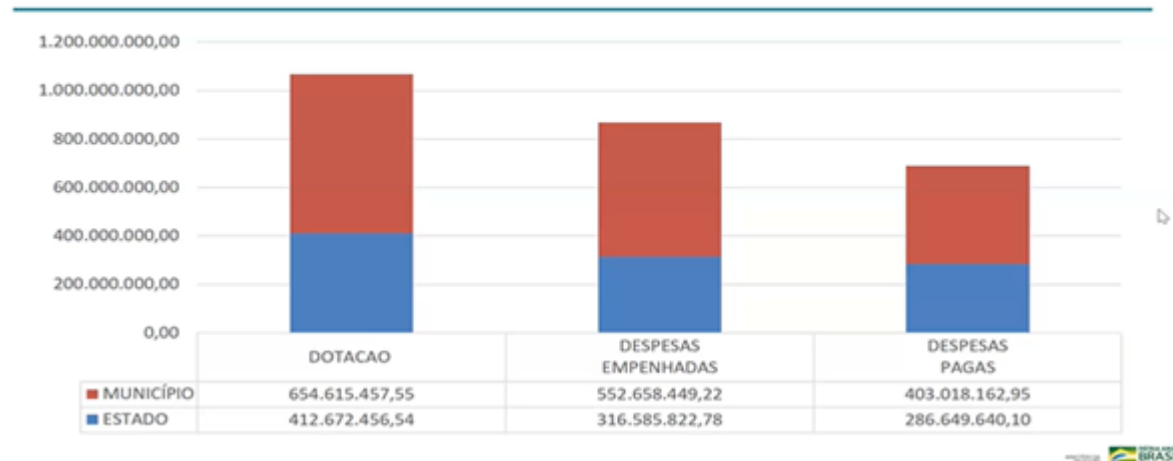
A Secretária da SEB propôs então que a primeira reunião ordinária da Instância Permanente acontecesse em janeiro ou fevereiro de 2021, mas que, além disso, as instituições mantivessem um fluxo de contato contínuo, para que em fevereiro já estejam desenvolvendo ações. Ressaltou a importância de, na primeira reunião da Instância em 2021, as instituições já terem um projeto de ações elaborado para o ano de 2021.

Os representantes da Undime e Consed concordaram com as proposições/ ponderações feitas pela Secretária, ficando designada a primeira reunião ordinária para janeiro de 2021, com o objetivo de apresentar os projetos, e uma segunda reunião ordinária em dezembro, para prestação de contas. Destacou a possibilidade de realizar uma reunião extraordinária no meio do ano, para a avaliação de ações, ressaltando que as datas podem ser ajustadas em comum acordo entre os entes.

A Secretária finalizou essa questão e passou a palavra aos Diretores e Coordenadores da SEB, para que fizessem as respectivas apresentações de cada área.

A respeito dos recursos destinados aos entes federados, o Coordenador-Geral de Projetos e Gestão da Informação da SEB, Sr. Paulo Sérgio Parro, apresentou uma síntese dos valores destinados aos estados e municípios, destacando que do total da dotação, 78,66% dos recursos haviam sido executados, conforme o gráfico que segue:

RECURSOS DESTINADOS AOS ENTES FEDERADOS 78,66% executado

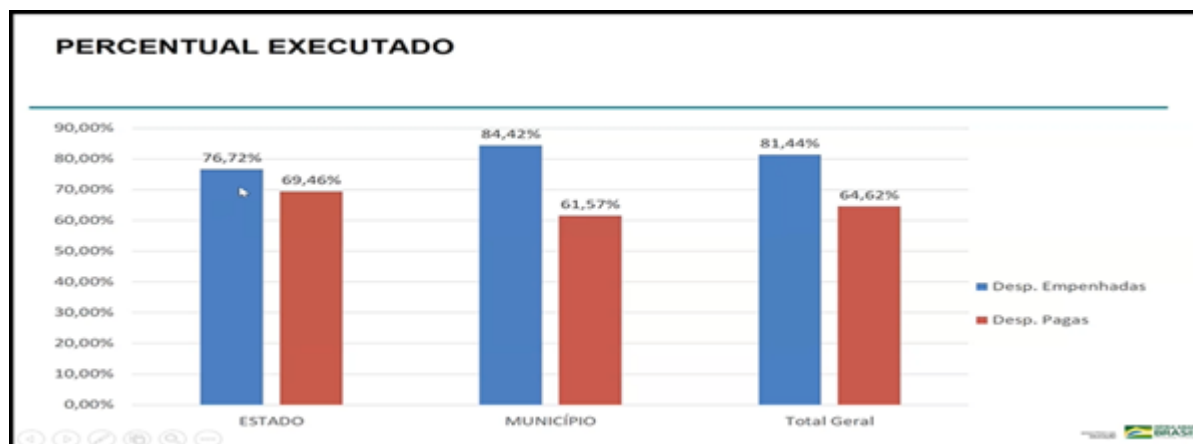


Quanto às despesas executadas por plano orçamentário, Paulo Parro destacou os dados conforme o quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PLANO ORÇAMENTÁRIO (PO)



Quanto aos percentuais executados pelos estados e municípios, o Coordenador esclareceu as informações a seguir:



A Secretária chamou a atenção para o porquê de o MEC ainda não ter executado todo o orçamento e, por isso, o percentual de 78% do *slide* supracitado. Salientou que os recursos informados eram apenas aqueles repassados diretamente ou na conta do estado ou da escola. Ressaltou que, quanto às despesas empenhadas e despesas pagas, dos 78% repassados, 81% foram empenhados. Explicou que a maior parte do impedimento da não totalidade do pagamento estava associada à irregularidade fiscal das escolas, estados ou municípios. Diante desse fato, alertou sobre a necessidade de chamar a atenção dos entes envolvidos para essa questão, tendo em vista que o novo Fundeb se iniciará em breve e exigirá a observância dessas regularidades. Alertou, ainda, que existem recursos em diversos programas, inclusive antigos, com saldos nos estados e municípios, sendo necessário resolver essa questão. Segundo a Secretária, já foi identificado nessa situação programas como o EJA, PNAIC, PAR da BNCC, PROJovem e no EMTI, resultando em um somatório de recursos significativo.

A respeito das ações diretas de mitigação da pandemia, o Secretário Adjunto Mauro Luiz Rabelo apresentou o painel da educação básica que está sendo desenvolvido em conjunto com Consed e Undime e ressaltou que será uma ferramenta de gestão de extrema relevância para o ano de 2021, por meio da qual será possível colher informações organizadas por rede.

Explicou que o MEC está desenvolvendo dois questionários, que já contaram com as críticas e sugestões feitas pelo Consed, Undime, Semesp e Sealf. Explicou, também, que a TI do MEC implementou a referida ação dentro do PDDE. Salientou que será necessária uma ação de comunicação entre Consed e Undime para a distribuição do questionário para preenchimento. Destacou, ainda, que o painel trará tanto informações do ponto de vista pedagógico, de retorno, como a informação sanitária da região e que, para isso, estava sendo feita a busca de dados no Ministério da Saúde, para o cruzamento no painel, com os dados educacionais, conforme explicação abaixo:

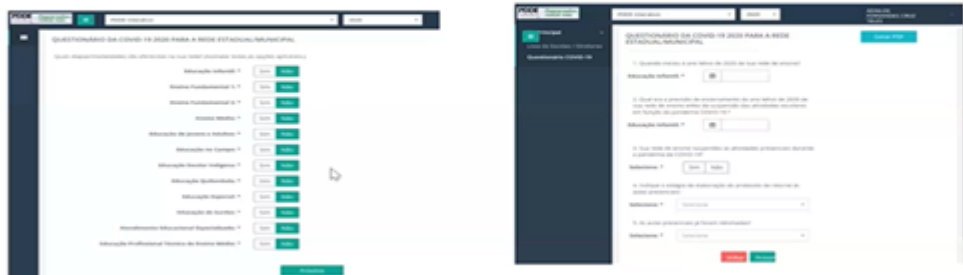
PAINEL EDUCAÇÃO BÁSICA E A PANDEMIA

- **Painel Educação Básica e a Pandemia** visa disponibilizar para a sociedade a situação das redes de ensino de educação básica no contexto da pandemia Covid-19.
- Neste Painel serão disponibilizadas informações extraídas de bancos de dados oficiais (Educacenso e DataSUS), assim como as coletadas, via formulários, encaminhados aos dirigentes municipais de educação, secretários estaduais de educação e diretores escolares.
- Será necessário um amplo plano de Comunicação (MEC, Undime e Consed), para sensibilizar os respondentes desses formulários sobre a necessidade de enviarem suas respostas o mais breve possível. No caso dos gestores municipais de educação e dos Secretários Estaduais de Educação teremos um universo de 5.597 respondentes (26 estados + DF + 5.570 municípios = 5.597). Esse quantitativo aumenta bastante quando descemos ao nível das escolas, pois estamos falando de 184.000 unidades, aproximadamente.
- O **Painel Educação Básica e a Pandemia** foi estruturado em duas frentes: **Pedagógica e Sanitária**.
 - A **Frente Pedagógica** disponibilizará informações pedagógicas das redes de ensino da educação básica. As informações serão extraídas de bancos de dados oficiais (ex.: Educacenso) e complementadas com informações enviadas, via formulários, por representantes das redes de ensino - gestores municipais de educação, secretários estaduais de educação e diretores escolares;
 - A **Frente Sanitária** apresentará informações extraídas dos bancos de dados oficiais do Ministério da Saúde (Ex.:DataSUS) referentes à Pandemia da Covid-19.

O Sr. Mauro Rabelo mostrou aos membros da Instância um modelo do questionário que será apresentado, conforme abaixo:

APRESENTAÇÃO DO PAINEL EDUCAÇÃO BÁSICA E A PANDEMIA

- Abaixo uma das telas do questionário que será enviado aos dirigentes municipais e secretários estaduais de educação, via PDDE – Interativo.




O Secretário Adjunto da SEB destacou o tipo de ilustração e informação que estará disponível no painel, como alguns gráficos e comparações exemplificados abaixo:

APRESENTAÇÃO DO PAINEL EDUCAÇÃO BÁSICA E A PANDEMIA



Quanto ao guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas da educação básica, *slide* abaixo, o Sr. Mauro Rabelo apresentou e pontuou que se trata de um instrumento complementar muito rico, onde os gestores poderão fazer um bom uso do material disponível no Portal do MEC. Disse ainda que existe uma ação de comunicação do MEC com um filme curto, de um minuto, disponível para ser baixado e deu ênfase para que os gestores utilizassem o guia.

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA



Guia de orientação para auxiliar sistemas e redes de ensino na retomada das aulas presenciais com normas técnicas de segurança em saúde e recomendações de ações sociais a serem observadas pelos integrantes da comunidade escolar. Contou com a colaboração de diversos atores e instituições, ligadas à educação e saúde, assim como pautou-se por normas e regulamentos em âmbito nacional e internacional acerca da pandemia do novo coronavírus.

O objetivo central é o de orientar sistemas e redes de ensino da educação básica sobre o funcionamento e o desenvolvimento de atividades administrativas e educativas nas escolas, com vistas ao seu retorno presencial. Destaca-se, portanto, que esse **retorno deverá ocorrer de forma gradual, com a segurança sanitária que propicie um ambiente saudável e com o menor risco possível para a saúde e o bem-estar da comunidade escolar.**

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>

Quanto aos recursos do PDDE interativo, destinados aos entes, Mauro Rabelo destacou os dados abaixo:

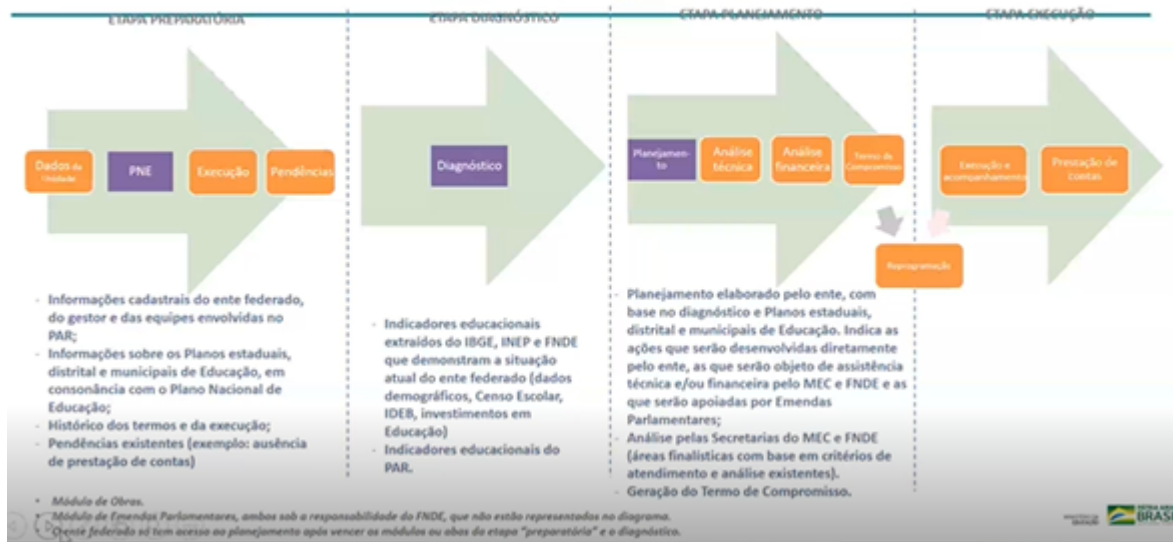
PDDE EMERGENCIAL

- Concessão de recursos para apoiar as escolas da rede estadual, municipal e distrital na preparação para retornar às aulas com segurança.
 - Das 138.478 escolas que fazem parte da rede pública, esta ação alcançou 116.899 escolas estaduais e distritais, atendendo às 36.832.854 matrículas.
 - O total repassado foi de R\$ 615 milhões, sendo R\$ 383,68 milhões para os estados e R\$ 231,31 milhões para os municípios.
 - Os recursos são oriundos da dotação orçamentária da SEB e de remanejamentos de programas da Sealf.

Foi dada a palavra ao Coordenador-Geral de Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional, Sr. Alexander Moreira, que apresentou ações a serem implementadas a partir de 2021, a partir do novo ciclo do PAR, conforme as informações a seguir:

VISÃO GERAL: NOVO CICLO DO PAR (2021 – 2024)

O PAR tem por objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, observadas as metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei no 12.695, de 25 de julho de 2012)

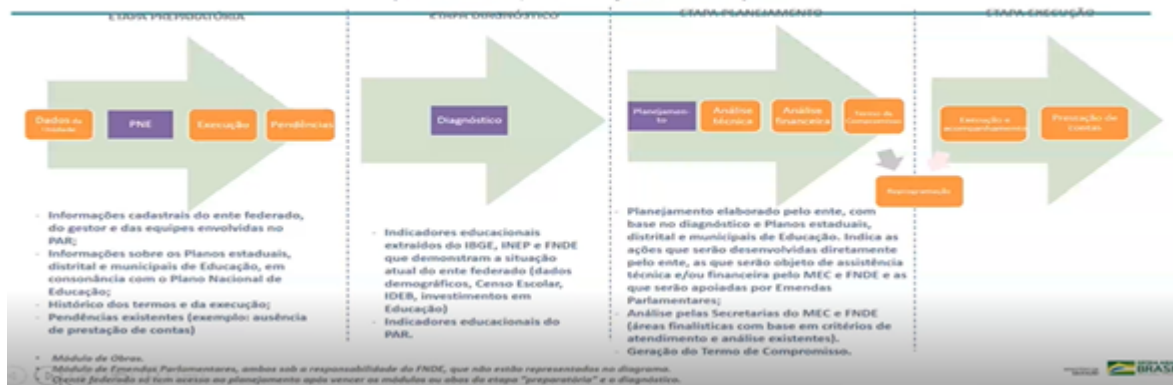


Ele explicou que o PAR abrirá um novo ciclo em 2021, fechando-o em dezembro de 2024. Destacou algumas mudanças estruturantes recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio do acórdão 2018 de 2019, onde foi pedida uma reformulação focada na formação de professores e do acórdão 1048 de 2020, que faz menção ao terceiro relatório do PNE e vincula esse relatório às ações do plano de ações articuladas.

Nesse sentido, explicou que quando for lançado o novo ciclo do PAR, não será percebida grande diferença no sistema, uma vez que ele segue a mesma metodologia. No entanto, destacou que haverá diferença no PNE, e, sobre esse tema, agradeceu muito o trabalho desenvolvido pela Undime em relação ao monitoramento dos planos de educação subnacionais. Ainda sobre isso, o Sr. Alexander informou que será possível entregar uma ferramenta / instrumento de apoio à gestão para esse trabalho de monitoramento dos planos subnacionais. Ressaltou que o diagnóstico, por recomendação do Tribunal de Contas, trará dados do censo escolar de forma bastante organizada e interessante. Ressaltou que será uma grande mudança e que a ajuda do Inep havia sido fundamental no processo.

VISÃO GERAL: NOVO CICLO DO PAR (2021 – 2024)

O PAR tem por objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica pública, observadas as metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei no 12.695, de 25 de julho de 2012)



Quanto ao planejamento do PAR 2021, o Coordenador destacou as iniciativas e perspectivas, conforme quadro abaixo:

INICIATIVAS

Nº	OBJETO	NOME DA INICIATIVA – PAR 4
1		• Formações tipo 1*
2	Formação continuada	• Formações tipo 2*
3		• Formações tipo 3*
4		• Formações tipo 4*
5	Evento	• Realizar eventos
6		• Adquirir material para modalidades especializadas
7		• Adquirir material esportivo
8		• Adquirir brinquedos
9	Material	• Adquirir material escolar
10		• Adquirir material cultural
11		• Adquirir material para laboratórios
12		• Adquirir material de apoio didático
13		• Adquirir equipamento de TIC
14	Equipamento	• Adquirir equipamento de climatização
15		• Adquirir equipamento de cozinha
16		• Adquirir equipamentos para práticas pedagógicas e laboratórios
17	Mobiliário	• Adquirir mobiliário de sala de aula
18		• Adquirir mobiliário para outros ambientes escolares
19		• Construir escola ou creche
20	Obra	• Reformar escola ou creche
21		• Ampliar escola ou creche
22		• Adquirir ônibus escolar
23	Veículo	• Adquirir bicicletas com capacetes
24		• Adquirir lancha escolar
25		• Adquirir caminhão frigorífico

* Formações tipo 1 (Atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas)

* Formações tipo 2 (Extensão, com carga horária variável, conforme respectivos projetos)

* Formações tipo 3 (Especialização, com carga horária mínima de 240 (cento e oitenta) horas)

* Formações tipo 4 (Especialização, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas) ————— Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020

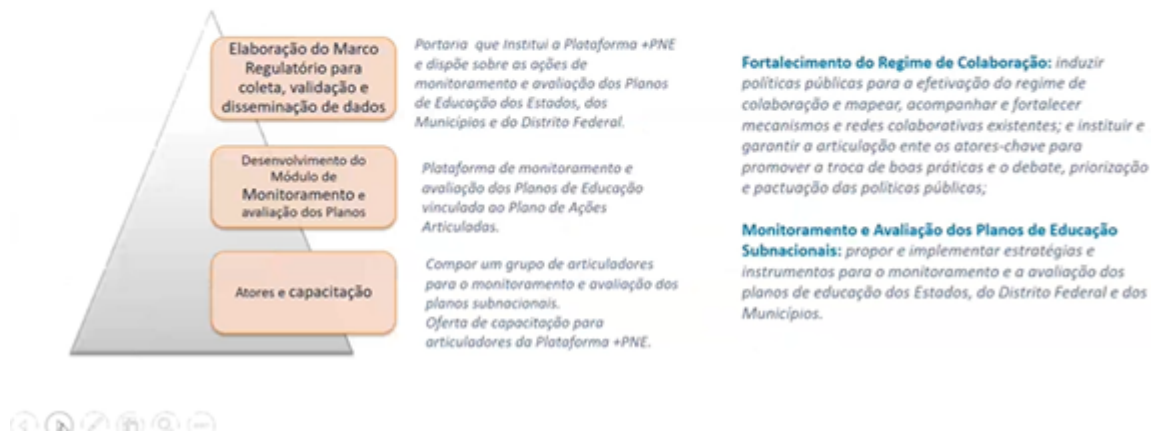
PERSPECTIVAS

- Melhorar a articulação com os sistemas de ensino, prestando assistência técnica direta aos entes.
- Contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação.
- Concretizar a vinculação dos Planos de Educação subnacionais ao PNE.
- Contribuir com o sistema de colaboração federativa: em que as políticas estaduais convergem e apoiam os municípios em sua esfera de atribuições.
- Tornar um instrumento indutor de políticas educacionais de qualidade, equidade e efetividade.
- Aprimorar o relacionamento com o Legislativo, tornando-o mais dinâmico, proativo e pedagógico para melhor designação das emendas parlamentares.
- Dar transparência aos critérios de atendimento do PAR.
- Convergir o diagnóstico do PAR e do PDDE Interativo.
- Apoiar na implementação do CAQ

O Coordenador da CGARE/DARE destacou, ainda, que a SEB irá lançar um instrumento de monitoramento e de avaliação dos planos subnacionais, e que para tanto, precisará muito do apoio do Consed e da Undime. Abaixo, uma breve explicação da plataforma:

PLATAFORMA +PNE

Instrumento para o monitoramento e a avaliação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (planos subnacionais)



O Coordenador frisou que a Instância Permanente tem cumprido a legalidade imposta pela lei do PNE, na qual é exigida a instituição da Instância Nacional. No entanto, chamou a atenção dos entes federados de que o PNE prevê também a criação das instâncias permanentes nos estados, destacando a importância da cooperação entre territórios, conforme destacado no *slide* abaixo:

COOPERAÇÃO TERRITORIAL E FEDERATIVA E SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A Carta Magna atribuiu dois objetivos gerais ao PNE:

- articular o Sistema Nacional de Educação (SNE) em regime de colaboração; e
- definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para a política educacional brasileira.



Foi dada a palavra à Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão Escolar, Sra. Ana Caroline Calazans Vilasboas, que destacou algumas entregas, como a do Programa Nacional do livro Didático, conforme abaixo:

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

- PNLD 2021 – Ensino médio Recursos Educacionais Digitais para o Ensino Médio
 - Recursos educacionais digitais
 - Projeto de vida
 - BNCC – FGB
 - Avaliação formativa
- PNLD 2022 - Educação Infantil - (Edital de Convocação) nº 02/2020 – CGPLI (PNLD 2022 - Educação Infantil)
- PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A Sra. Ana Caroline destacou, ainda, o repasse dos recursos para o Programa de Inovação e Educação Conectada, conforme abaixo:

PROGRAMA INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO CONECTADA

- No período de 2019 até novembro de 2020, o PIEC repassou, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), recursos para 81.900 escolas urbanas, localizadas em 5.447 municípios, equivalente ao montante de R\$ 251.043.471 milhões de reais, para apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, beneficiando cerca de 27 milhões de estudantes.
- Além disso, o Educação Conectada está levando conexão de alta velocidade, via satélite, para 7.586 escolas rurais. Estão sendo beneficiados, no momento, cerca de 2,5 milhões de estudantes com esse tipo de conexão.

A Coordenadora explicou que, com o advento da pandemia, havia sido constatada a necessidade de se investir em algumas áreas que não estavam sendo contempladas no programa. Ressaltou a importância de uma reformulação do projeto, com a ampliação do escopo de atendimento.

Além disso, a Sra. Ana Caroline salientou a importância da reformulação do PDDE interativo e destacou que 2020 havia sido um ano de remodelagem da ferramenta, resgatando a ideia de planejamento e fomento ao planejamento das escolas, tudo isso articulado com o PAR.

Em seguida, o titular da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPD), Sr. Helber Vieira, passou a apresentar sobre os assuntos afetos a área sob sua responsabilidade.

Acerca da **Educação Infantil**, expôs dados de execução física e financeira referentes ao Programa El Manutención, tanto para novos estabelecimentos como para novas turmas. Destacou também o esforço da Coordenação-Geral de Educação Infantil no sentido da garantia da qualidade na oferta dessa etapa da educação. Ele destacou o trabalho desenvolvido junto ao CNE, para normatizar parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil e para incluir essa etapa de educação no Saeb.

Sobre o **Ensino Fundamental**, apresentou informações sobre os Programas Novo Mais Educação e Mais Alfabetização. Ressaltou o novo programa de apoio aos anos finais dessa etapa de ensino. Segundo o diretor, esse programa encontra-se em formatação interna e que já contou com apoio do Inep e do trabalho junto a outros atores para elaboração de diagnóstico. O Sr. Helber Vieira explicou que o programa será estruturado em eixos, sendo alguns deles referentes aos impactos do COVID, reforço de aprendizagens no tempo correto e estratégias inovadoras. A Secretária Izabel solicitou a palavra para reafirmar que, vencida essa fase de formatação interna, haverá a perspectiva de discutir esse novo programa com Undime e Consed. A titular da SEB/MEC também destacou que esse programa resulta de um desdobramento de tratativas anteriores entre os mencionados entes federados. Declarou, ainda, que a SEB/MEC está retomando o PMALFA para fazer os ajustes necessários ao pagamento final, considerando os contratemplos ocorridos no fim de 2019. Disse que essa agenda deve ser retomada especificamente com a Undime e ressaltou que os recursos do referido programa fossem direcionados para mitigar os impactos do ano de 2020. Ressaltou que essa estratégia só seria possível porque a Sealf assumiu a alfabetização e o Programa Tempo de Aprender contemplará parte do PMALFA.

Estando todos de acordo, o Diretor Helber Vieira passou a tratar sobre o **Ensino Médio**. Ele mostrou dados de execução física e financeira dos Programas Novo Ensino Médio (NEM) e Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). O titular da DPD destacou a forte retomada do diálogo com Consed, CNE, Inep e outros atores no sentido de efetivar um esforço de coordenação nacional para a implementação do NEM. Em relação ao EMTI, Helber destacou que o MEC tem repassado os recursos aos entes federados, mas também tem feito um trabalho em conjunto com os secretários estaduais para auxiliar na execução desses valores. Ponderou que a pandemia dificultou bastante a execução nas escolas piloto e que, por isso, a DPD/MEC realizou um diagnóstico da situação atual junto aos estados e produziu documentos para auxiliar a execução no âmbito do PDDE EMTI. Como exemplo, ele destacou que o MEC sugeriu propostas pedagógicas alinhadas ao NEM e modelos técnicos de matrizes curriculares para as escolas inscritas em projetos piloto. Por fim, o titular da DPD destacou o sucesso pela retomada da gestão do acordo de empréstimo com o Banco Mundial que, segundo ele, foi reconhecido publicamente pelo Banco. Além disso, destacou ainda que, há três semanas apurou-se o cumprimento de mais uma meta, o que aportou a liberação de mais um volume de recursos envolvido nesse acordo. Destacou, por fim, que essas ações demonstram o empenho do MEC em contribuir para a implementação do novo ensino médio.

Em relação à **Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, o Diretor Helber Vieira destacou que, no momento em que a presente reunião se realizava, estava ocorrendo uma sessão no CNE para a aprovação das diretrizes da EJA, após passarem por consulta pública. Destacou que isso foi fruto de um trabalho árduo iniciado ainda na gestão que teve a atual Secretária da SEB como Diretora da DPD e o atual Diretor de Formação de Profissionais da Educação como Coordenador-Geral da EJA. O Sr. Helber Vieira relatou ainda que, mesmo

antes da aprovação dessas diretrizes, o MEC tem se empenhado no sentido de fortalecer a EJA integrada à formação profissional. Assim, informou dados de execução física e financeira sobre o Projeto Piloto EJA Integrada e sobre a perspectiva de repactuação de saldos remanescentes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA).

Sobre **Monitoramento da BNCC**, o titular da DPD informou que a SEB/MEC retomou o diálogo sobre a agenda de Reforma do Ensino Médio. Nesse sentido, ele destacou as seguintes ações: 1. Mapeamento e assistência técnica para a implementação dos currículos; 2. Realização de ciclos de reuniões *online* com as SEDUCs para orientação quanto aos assuntos relacionados ao repasse dos recursos do Plano de Ações Articuladas (PAR) para formação de professores, NEM e EMTI; 3. Monitoramento do andamento das ações para a elaboração e institucionalização do currículo nas UFs e 4. Interação SEB-Inep-CNE para a definição do calendário da Reforma que inclui conclusão e implementação do novo currículo do EM, novo Saeb e PNLD/EM. O Sr. Helber Vieira concluiu sua participação com a notícia de que havia sido assinado um Termo de Execução Descentralizada com o CAEd para a execução de plano de trabalho referente ao monitoramento da BNCC. Segundo ele, com isso, será possível realizar uma adequada preparação para a reforma do EM.

DECIM

Em seguida, passou-se a palavra para o titular da Diretoria para Escolas Cívico-Militares (DECIM), Sr. Gilson Passos. Ele relatou que, em 2020, mesmo com a pandemia, o Programa Escolas Cívico-Militares (PECIM) implantou 51 Escolas Cívico-Militares (Ecim), de acordo com o modelo proposto pelo MEC. Informou que desse quantitativo de escolas, 41 são estaduais e 10, municipais e que estão distribuídas regionalmente da seguinte forma: 13 na região sul, 11 no Centro Oeste, 5 no Sudeste, 7 no Nordeste e 15 na região Norte. O Diretor da DECIM também relatou a contratação de uma Organização Social para realizar um panorama das Ecim no Brasil. Verificou-se a existência de 215 escolas desse tipo em todo o território nacional com modelos e gestões diferentes. Segundo ele, a pesquisa também se propôs a estudar a percepção dos gestores das escolas sobre os modelos implementados. Destacou, no entanto, que o trabalho precisou ser interrompido por conta da pandemia, mas que será retomado em breve.

Segundo o diretor, se aproxima a primeira transferência do MEC às escolas no âmbito do PECIM, com recursos na ordem de R\$ 15 milhões, perfazendo cerca de R\$ 625 mil para cada escola para melhorias em infraestrutura. Destacou que a DECIM está atenta para acompanhar não somente a transferência de recursos, mas também a implementação das ações. Gilson Passos ponderou que, apesar de não lhe caber julgar os demais modelos de Ecim, o MEC está trabalhando com uma certificação de modelagem para garantir a implementação do seu modelo e a DECIM fez um mapeamento de riscos e já implementou algumas ações para mitigar danos mapeados. O titular da DECIM ainda relatou sobre parcerias de trabalho tais como: TED com a UFG para elaboração de cursos, com o Ministério da Justiça para confecção de uniformes no sistema prisional, o que, segundo ele, gerará uma economia de 30% nesse gasto e informou ainda, que a DECIM está apoiando as escolas na elaboração de seus planejamentos estratégicos. Segundo ele, o trabalho do MEC será garantir que os recursos repassados sejam aplicados de acordo com esses planejamentos.

Por fim, deu notícia de que a nova portaria para implantação de mais 54 Ecim em 2021 está em fase de lançamento. Explicou que a oferta é feita prioritariamente para os estados (duas oportunidades para cada) e, em caso de não haver interesse, o estado poderá indicar municípios, para que se mantenha a abrangência nacional no PECIM. Caso as vagas não sejam preenchidas, uma possível terceira prioridade será oferecida para municípios que detenham condições de implementar o PECIM, que seria, basicamente, contar com a presença de militares e a concordância da comunidade escolar.

DIFOR

Passou-se a palavra para o Diretor Renato Brito a fim de tratar sobre formação e valorização de professores e demais profissionais da educação. O titular da respectiva Diretoria (Difor) informou que, em 2019, sua unidade trabalhou para a aprovação no CNE, das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial de professores para a Educação Básica e a instituição de sua respectiva Base Nacional Comum e que

em outubro do ano corrente, na gestão do atual Ministro tanto a aprovação das DCNs quanto a instituição de sua respectiva Base Nacional Comum foi realizada.

Outro trabalho da Difor/MEC destacado por seu diretor, refere-se à matriz de competências e habilidades para diretores. Ele agradeceu a Semesp e a Sealf pelo envio de sugestões e relatou que em breve o documento será enviado ao CNE. Ainda em 2020, a Difor/MEC se encarregou da repactuação do saldo de R\$ 125 milhões do PNAIC e do PAR Ensino Médio para oferecer formação docente aos estados com objetivo de implementar a BNCC. Nesse trabalho, o titular da Difor/MEC agradeceu a presidente do Consed pelo apoio em relação ao contato com os estados e solicitou a continuidade dessa gentileza para contatar mais um estado que não tem respondido às comunicações do MEC. Renato Brito ressaltou que sua diretoria tem enfatizado a importância do uso pedagógico das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, bem como uso de metodologias ativas e inclusivas. Ressaltou ainda, que em 2020, a Difor/MEC também lançou o aplicativo Clique Escola, que contém informações educacionais e financeiras das escolas públicas de todo o país. Apesar de ter sido lançado pouco antes da pandemia, o Diretor Renato informou que a expectativa de 30 mil downloads foi muito superada, pois já foram realizados mais de 140 mil. Em 2021, a Difor/MEC pretende lançar uma segunda evolução do aplicativo, que ampliará a gama de serviços prestados. Sobre os cursos de aperfeiçoamento (180 horas) a serem disponibilizados em 2021, Renato Brito listou: Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio; Educação e Tecnologia; Formação em Cultura Empreendedora (em acordo do MEC como um todo com o SEBRAE, sendo que SEB e SETEC já apresentaram seus planos de trabalho e podem compartilhar com os demais membros da Instância) e Elaboração de Plano de Carreira para Profissionais da Rede de Assistência Técnica (no formato *online*).

Nesse momento, a Secretária Izabel solicitou a palavra para concluir a apresentação da SEB/MEC. Ela solicitou o apoio dos demais membros da Instância e explicou que havia herdado uma Secretaria com ações pulverizadas, o que, na sua opinião, dificultou o trabalho. A titular da mencionada Secretaria considera necessário ter um diagnóstico, entender o problema e preparar intervenções corretas, sem que isso ocorra com várias ações. Nesse sentido, Izabel Lima explicou que a SEB/MEC está trabalhando para focalizar as ações. Ponderou que todos têm plena consciência do atual momento histórico representado pelo processo de implementar uma nova política curricular, a BNCC, alinhada à formação de professores e demais profissionais da educação. Destacou também o novo Ideb, novo Fundeb e novas avaliações: Saeb e Enem. Ela ressaltou que a SEB/MEC participa de todos os fóruns de debate em conjunto com os demais membros da Instância. Acrescentou ter ciência de que as novas avaliações trarão impactos para os novos IDEB e Fundeb, sendo que o último contém questões importantes, como o estabelecimento de um perfil de diretores escolares e a concessão de recursos alinhados a resultados educacionais. Por isso, ressaltou a importância de se ter bons indicadores de qualidade da educação. Enfatizou que todos os aspectos expostos revelam o momento histórico, que vai encaminhar o futuro da educação talvez para a próxima década, por isso, destacou a importância de se atuar junto e reforçou que a SEB/MEC herdou programas que devem continuar, mas que está organizando o trabalho na perspectiva de se ter uma política articulada e integrada que de fato passa a intervir onde se precisa para melhorar e aperfeiçoar as políticas educacionais e para se alcançar uma educação melhor no País. Após isso, a Secretária passou a palavra para o representante da Semesp/MEC.

SEMESP

O titular da Diretoria de Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras (Dmesp/Semesp/MEC), Sr. Fabrício Storani, justificou a ausência da titular da Secretária, Sra. Ilda Peliz, que foi chamada, na véspera, para uma outra agenda a se realizar no presente momento, daí, o encarregou de apresentar as ações da Semesp em 2019 e 2020.

O Diretor Storani iniciou sua apresentação, relatando que durante o ano de 2019 a Semesp se responsabilizou por organizar o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena. Para isso, realizou reunião virtual com o Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); sete audiências públicas (duas na região Norte, outras duas na região Nordeste e uma em cada uma das demais regiões do País), e destacou a participação dos demais integrantes da Instância. Além disso, falou sobre a Consolidação do Plano junto aos

representantes do CNEEI e seu encaminhamento para a Consultoria Jurídica (Conjur) do MEC. O representante da Semesp informou que o texto havia retornado da Conjur na presente data com sugestões de adequação e que o próximo passo seria apresentar esse documento à Undime e ao Consed antes que fosse ele fossilizado.

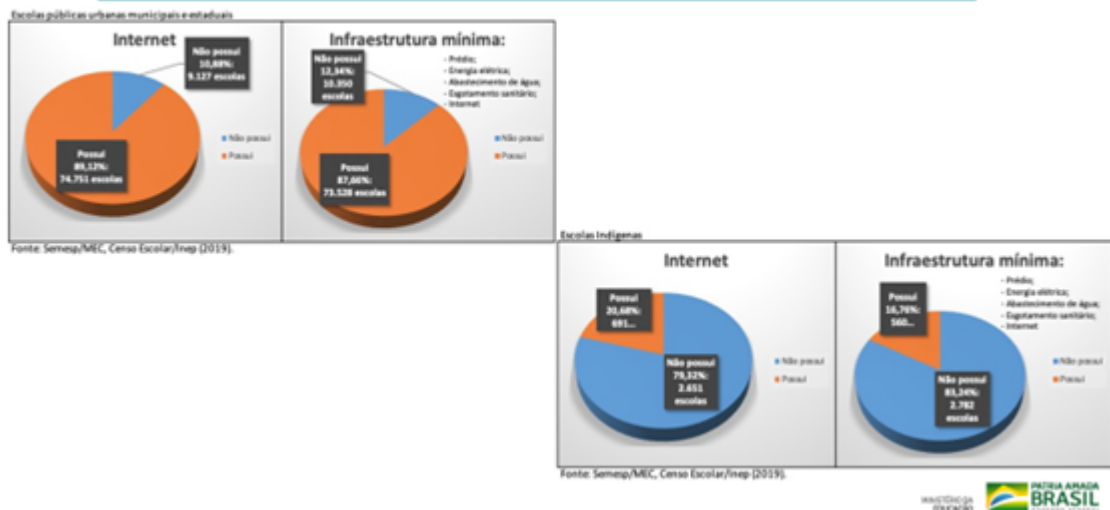
O representante da informou, ainda, que a Semesp também elaborou um plano de formação de professores e profissionais da educação, incluindo gestores, dentro do contexto já apresentado pela SEB/MEC. Outra ação dessa Secretaria, durante o biênio 2019/20, foi a elaboração e publicação da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), que foi recentemente embargada no Supremo Tribunal Federal por ação de partidos políticos. Storani ponderou que a Semesp/MEC está preparando os argumentos em defesa do texto e acrescentou que há organizações sociais favoráveis à PNEE, porque, segundo ele, ela significa o cumprimento da Constituição Federal (CF), no sentido de garantir opções aos alunos cujas condições específicas os impedem de estar nas salas de aula convencionais. Sendo assim, espera-se que o Decreto da PNEE seja liberado em breve, para que a Política possa ser implementada no próximo ano. Também durante o mencionado biênio, a Semesp/MEC realizou intenso trabalho em conjunto com o CNE para a elaboração de resoluções e diretrizes tais como: Pedagogia da alternância, Diretrizes Operacionais para a Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação Especial. Ademais, o Plano Nacional de Escolas Bilíngues de Surdos está em fase de elaboração. Storani relatou que a Secretaria tem aproveitado a experiência exitosa da SEB/MEC com o PECIM para planejar o atendimento de escolas e classes exclusivas de surdos, em relação à alfabetização de crianças surdas em LIBRAS como primeira língua e português como segunda língua. O representante da Semesp/MEC também informou sobre a realização de reuniões regionais com coordenadores das pastas envolvendo as modalidades da Dmesp para replicações de informações e levantamento/replicação de melhores práticas por conta da pandemia.

Em continuidade, o Diretor Storani apresentou um levantamento feito por sua unidade sobre a infraestrutura básica/mínima para se alcançar educação de qualidade. Tal estudo compara escolas urbanas e rurais de ambas esferas, municipal e estadual, em relação a possuir ou não os seguintes itens: prédio escolar, energia elétrica, esgoto sanitário, água potável e acesso à internet.

Urbano X Rural



Urbano X Rural



Infraestrutura das Escolas Rurais



Conforme as figuras acima, destacou a disparidade muito grande em detrimento das escolas rurais, o que abrange a educação indígena, do campo e quilombola. O acesso à internet, segundo o diretor, é um problema geral para as escolas do campo, enquanto as escolas indígenas carecem também desse aspecto e dos outros. Como exemplo, ressaltou que um quarto das escolas indígenas não possui prédio escolar.

A seguir, o representante da Semesp/MEC apresentou dados de execução física e financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) nas modalidades Água e Campo, conforme figura abaixo:



Situação do PDDE Água

Tabela. Situação do PDDE Água em 2020

ESCOLAS SEM ÁGUA 2020			
	Nº Escolas	Valor (R\$)	Nº Matrículas
EMPENHADAS EM 2019	607	R\$ 15.984.000,00	35.327
APTAS EM 2020 (RETIRANDO AS JÁ EMPENHADAS)	1.824	R\$ 48.003.000,00	92.955
EMPENHADAS EM 2020	997	R\$ 30.027.000,00	191.025
TOTAL	3.428	R\$ 94.014.000,00	319.307

Fontes: Semesp/MEC, CGAME/DIRAE/FNDE, 2020 e Semesp/MEC, 2020

Tabela. Situação do PDDE Campo em 2020

	Nº Escolas	Valor (R\$)	Nº Matrículas
EMPENHADAS EM 2019	13.273	R\$ 174.241.000,00	1.654.661
APTAS EM 2020	5.844	R\$ 74.470.000,00	582.086
ESCOLAS QUE NUNCA RECEBERAM O PDDE CAMPO, MAS NÃO SÃO APTAS*	19.461	R\$ 233.741.800,00	881.855
RECEBERAM RECURSOS EM ANOS ANTERIORES	16.022	R\$ 211.112.000,00	2.071.332
TOTAL DE ESCOLAS RURAIS	54.600	R\$ 693.564.800,00	5.189.934

Fontes: Semesp/MEC, CGAME/DIRAE/FNDE, 2020 e Semesp/MEC, 2020

Observações: 1. Não tem prédio próprio e/ou tem menos de 4 matrículas e/ou não tem Ux própria.
2. Pode ocorrer variações do quantitativo acima, conforme atualização de escolas sem uex, de escolas com pendência na prestação de contas; e de escolas que receberam recurso em exercícios anteriores.



O representante da Semesp/MEC ainda mostrou dados sobre o repasse de recursos e solicitou o apoio do Consed e da Undime no sentido de garantir que as gestões escolares apresentem documentação sobre seus planos de trabalho. O Diretor disse acreditar que a situação está agravada pelo fechamento das escolas por conta da pandemia, o que aumenta a dificuldade para inserir os documentos no sistema, mas destacou a necessidade de que isso seja feito sob pena de se perderem os valores já empenhados. O PDDE Água tem especial importância para fornecer condições sanitárias para a retomada das aulas.

Nesse momento, a presidente do Consed, Sra. Maria Cecília, solicitou a palavra e disse já haver insistido sobre esse assunto com os dirigentes do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pará. Ela solicitou que o Diretor Storani enviase os dados detalhados das escolas com pendências, para que ela atuasse junto aos estados e perguntou se o presidente da Undime concordava em fazer o mesmo em relação aos municípios, ao que o Sr. Luiz Miguel concordou. Assim, o Diretor Storani consentiu em enviar aos parceiros os dados solicitados.

Dando sequência à apresentação das principais atividades da Semesp, o Sr. Fabrício mostrou os resultados relacionados ao programa **PDDE Campo**. Por meio de alguns *slides*, destacou que foram atendidos 398.694 estudantes de 13.272 escolas, com recursos descentralizados de aproximadamente 240 milhões, dos quais mais de 174 milhões foram empenhados (dados de 2019).

Estados				Municípios			
Região	Escolas	Matrículas	Empenhado	Região	Escolas	Matrículas	Empenhado
Centro-Oeste	125	2.943	R\$ 1.774.600,00	Centro-Oeste	330	4.635	R\$ 4.428.800,00
Nordeste	233	76.303	R\$ 3.356.600,00	Nordeste	6.609	74.940	R\$ 86.053.400,00
Norte	232	46.937	R\$ 3.138.400,00	Norte	2.486	29.067	R\$ 32.432.200,00
Sudeste	371	81.043	R\$ 5.196.400,00	Sudeste	1.631	19.133	R\$ 21.362.800,00
Sul	415	54.868	R\$ 5.500.200,00	Sul	840	8.825	R\$ 10.984.600,00
Total	1.376	262.094	R\$ 18.966.200,00	Total	11.896	136.600	R\$ 155.261.800,00

O Diretor da Dmesp/Semesp solicitou apoio do Consed e da Undime para mobilização das escolas que ainda não enviaram os planos de trabalho. Em resposta, a Presidente do Consed se prontificou a ajudar na mobilização, apoiada pelo Presidente da Undime, e pediu para que a Semesp enviasse as listagens com as escolas que ainda não enviaram os planos. Fabrício apontou algumas dificuldades que vinham ocorrendo com o PDDE Campo tais como: dificuldade de contato com as escolas, muitas vezes por falta de conectividade das mesmas, problemas de documentação, sistema novo com falhas. Daí, explicou que, por isso, vinha utilizando um “plano B”, ao tratar os planos de trabalho por e-mail.

Na sequência, falou sobre os programas de formação no âmbito da Semesp. Da Diretoria de Modalidades Especializadas e Tradições Culturais Brasileiras destacou os cursos **Escola da Terra, Saberes Indígenas e Prolind**. Segundo ele, os dois primeiros têm duração de 6 meses e ofertaram quase 7 mil vagas entre 2019 e 2020. O terceiro é uma licenciatura para professores que atuam em escolas indígenas e ofertou 1.306 vagas nestes dois anos.

Formação - Dmesp



Pactuação com as Instituições Federais de Ensino Superior

Ação Escola da terra 20/21			PROLIND		
Custeio	Bolsa	Matrículas		Custeio	Matrículas
R\$ 1.578.240,00	R\$ 2.628.120,00	3.100	2019	R\$ 6.730.423,00	974
			2020	R\$ 3.592.837,84	332

Ação Saberes indígenas 20/21		
Custeio	Bolsa	Matrículas
R\$ 1.700.834,50	R\$ 8.243.110,00	3.861

Cursos de licenciatura – 4 a 5 anos
Valores para assegurar a continuidade da formação



Cursos de 6 meses – professores das redes

Quanto à formação no âmbito da **Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPE)**, o Sr. Fabrício explicou que são cursos de aperfeiçoamento, extensão e especialização, ofertados em parceria com instituições federais de ensino superior e ofertou 10.500 vagas em 2020.

Formação - DEE

Formação Continuada de Professores - 2020				
IFES	Nível	Vagas ofertadas	Investimento	Situação
UFPEL	Aperfeiçoamento (3), Especialização e Extensão	3.300	R\$ 3.500.000,00	TEDs empenhados
UFMS	Aperfeiçoamento e Extensão	1.500		
UFSCar	Aperfeiçoamento	1.100		
UFES	Aperfeiçoamento	500		
UFF	Extensão	1.500		
IFBA (Brumado)	Extensão	1.000		
IFBaiano (Guanambi)	Aperfeiçoamento	150		
UFT	Aperfeiçoamento	500		
UNIPAMPA	Extensão	500		
UFSCar	Aperfeiçoamento	450		
		10.500		

Ainda tratando da Educação Especial, Fabrício anunciou o retorno do programa **Sala de Recursos Multifuncionais** que já atendeu 8.412 escolas em 2020. Lembrou que as adesões poderiam ser feitas até 11 de dezembro e que os planos de atendimento devem ser enviados até 31 de dezembro.

Quanto ao programa **PDDE Escola Acessível**, destacou o atendimento de 1.744 escolas em 2019 e de 5.744 escolas em 2020. E por fim apresentou os números relacionados ao programa **PNLD Acessível**, que em 2019 atendeu estudantes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental e entregou 28.317 livros. Já em 2020 foram atendidos estudantes do sexto ao nono ano com previsão de entregar 10.776 livros.

PDDE e PNLD - DEE

Programa PDDE Escola Acessível		
Ano	Entrega	Investimento
2019	1744 escolas (1ª etapa)	R\$ 23.823.480,00
2020	5744 escolas (2ª etapa)	R\$ 86.300.000,00

Programa PNLD Acessível		
Ano	Entrega	Investimento
2019	28.317 livros em Braille-tinta e E-pub de 1º ao 5º ano do ensino	R\$ 18.400.000,00
2020	10.776 livros de 6º ao 9º (previsão)	R\$ 25.000.000,00



O Sr. Fabricio finalizou a apresentação da Semesp agradecendo a atenção.

Agradecendo ao representante da Semesp, a Secretária Izabel imediatamente passou a palavra ao **Secretário Carlos Nadalim**, para a apresentação da **Sealf**.

O Secretário Nadalim informou que iria apresentar as principais iniciativas da Sealf nos anos de 2019 e 2020.

Iniciou sua apresentação informando sobre a **adesão do Brasil aos exames da IEA**, a exemplo do PIRLS (Estudo Internacional de Progresso em Leitura - Progress in International Reading Literacy Study) e do TIMSS (uma avaliação internacional de desempenho dos estudantes em matemática e ciências - Trends in International Mathematics and Science Study).

Adesão do Brasil aos exames da IEA



Na sequência destacou a realização, ainda em 2019, da **Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências** e lembrou que o RENABE, que é o relatório, produto da conferência, seria finalizado e em breve estaria disponibilizado.

Sobre o programa **“Conta pra Mim”**, criado no final de 2019, o Sr. Nadalim destacou o Guia de Literacia Familiar e disse que mais recentemente havia disponibilizado vários materiais para as famílias, os professores e as crianças. A Coleção **“Conta pra Mim”**, segundo destacou o Secretário, dispõe de 40 títulos de diversos gêneros literários, áudios destinados às famílias e aos professores, 20 vídeos onde o músico Toquinho narra obras de Monteiro Lobato e outros 8 vídeos onde o

artista canta cantigas infantis. Além disso, Nadalim relatou que o MEC firmou acordo de cooperação com o Ministério da Cidadania para, por meio do Programa Criança Feliz, enviar *kits* de literacia familiar (contendo algumas obras da Coleção Conta pra Mim) para 400 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. O Sr. Nadalim avaliou que esse material seria bastante útil neste contexto de isolamento social.



Apresentando o programa **Tempo de Aprender**, Nadalim lembrou que este programa se estrutura em 04 eixos e 10 ações.



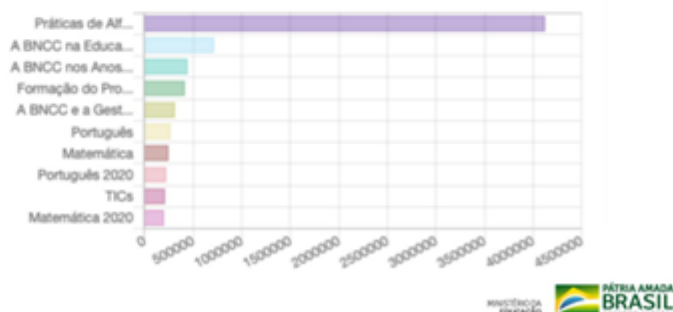
No eixo de “formação continuada dos profissionais da alfabetização” destacou o curso “**Práticas de Alfabetização**”, ofertado na plataforma AVAMEC que já conta com 279 mil inscritos, sendo o mais procurado e com maior número de inscrições da plataforma.

AVAMEC



279.749 inscritos
4.122.218 acessos
19.178 likes

Cursos mais acessados



O segundo curso destacado foi o **“Práticas de Produção de Texto”**, também ofertado na AVAMEC e que, segundo o Secretário, seguia com inscrições abertas, informou ainda que os dois primeiros módulos do curso seriam disponibilizados nos próximos dias.

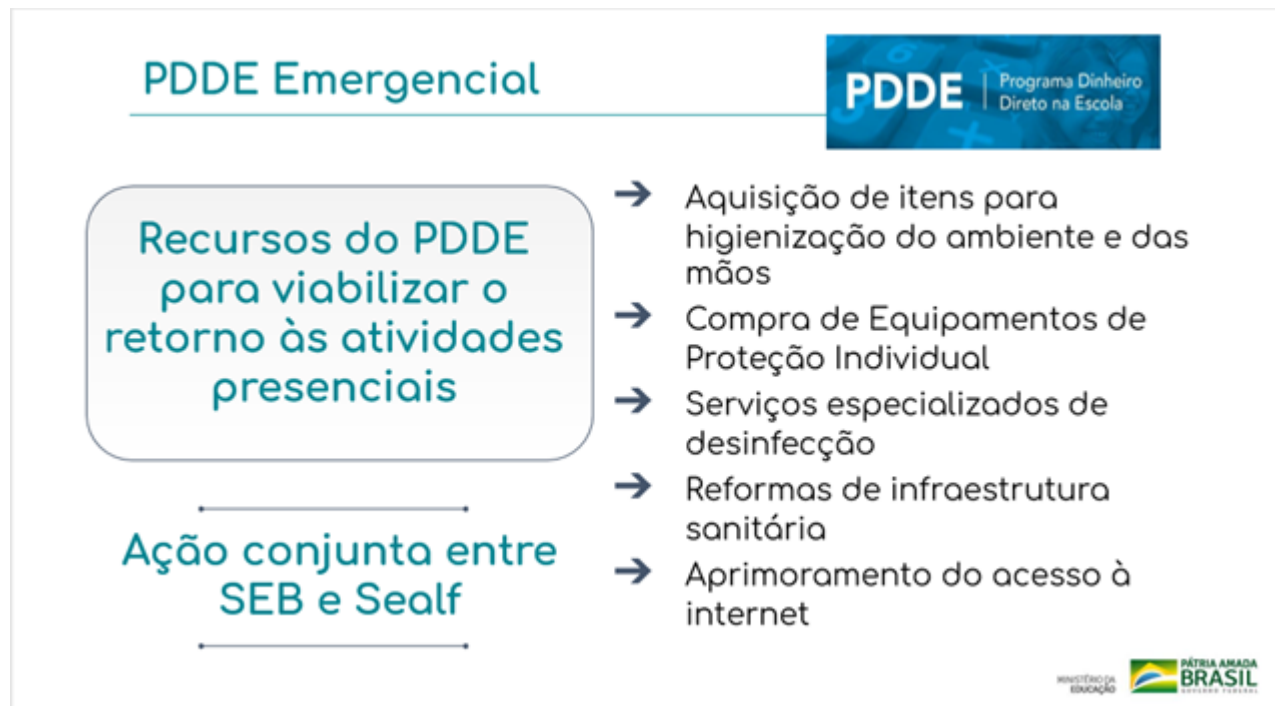
Na sequência destacou o curso **ABC (Alfabetização Baseada na Ciência)**, que é uma parceria da Sealf com a Universidade do Porto e com o Instituto Politécnico do Porto, ambas instituições portuguesas. Segundo explicou o Secretário, serão selecionados 50 profissionais brasileiros para realizarem um curso em Portugal (Porto) para depois atuarem como multiplicadores. Nadalim disse que contará com o apoio da Undime e do Consed para a seleção destes profissionais, sendo desejada a representatividade não apenas regional, mas de todos os estados brasileiros. Destacou ainda, que o curso EaD ofertará 40 mil vagas e que já teria 6.600 inscritos, além disso, informou que a previsão de início do curso EaD é 11 de janeiro de 2021.

Na sequência da apresentação, o Sr. Nadalim destacou a implementação da versão em português do aplicativo *grapho game*. O Secretário informou que se trata de tecnologia reconhecida mundialmente e que deverá ajudar os professores, em atividades de ensino remoto, e as famílias, no acompanhamento das crianças no processo de aquisição de habilidades de literacia.

Sobre o **PNLD Educação Infantil**, previsto para 2022, o Sr. Nadalim lembrou que será a primeira vez que esta etapa educacional entra no PNLD. Ele destacou, na sequência, a importância da formação de um Grupo de Trabalho, que durante 2 meses se reuniu para discutir e aprimorar o programa Tempo de Aprender. O GT

contou com participação de secretarias do MEC, FNDE, Undime e Consed. Na sequência, enumerou os principais resultados do GT e agradeceu o apoio de Undime e Consed pelo processo de divulgação e adesão ao programa.

Em seguida, o Secretário informou sobre o esforço da Sealf, em ação conjunta com a SEB, pelo aporte de recursos para o PDDE emergencial, que tinha como objetivo apoiar as escolas da educação básica no contexto da pandemia de Covid 19. Segundo ele, a Sealf fez aporte de 183 milhões neste PDDE para apoiar as escolas, na aquisição de materiais de higiene, equipamentos de proteção, serviços especializados de desinfecção, reforma de infraestrutura sanitária, aprimoramento do acesso à internet, dentre outros.



Para finalizar, o Sr. Nadalim solicitou ao seu assessor, Sr. Daniel, que apresentasse informações sobre o orçamento da Sealf. O assessor apresentou alguns *slides* sobre o tema. Destacou que a Sealf conseguiu executar 79% do orçamento previsto e 98% do orçamento disponibilizado. Por meio dos *slides*, mostrou os valores executados por ação e por programa, listando também as parcerias mobilizadas. O valor total executado foi de um pouco mais de 192 milhões.

Antes de encerrar a parte da Sealf, o representante do Consed da Região Sul, Sr. Natalino Uggioni, pediu a palavra para fazer sugestões acerca do programa Tempo de Aprender. Ele ressaltou que, em reuniões recentes do Consed, observou que algumas pessoas, de alguns estados, ainda estão considerando a primeira versão do programa, anterior às alterações oriundas do Grupo de Trabalho. Para atualização e alinhamento, sugeriu que fosse feita uma apresentação detalhada da nova versão do programa e disponibilizada, principalmente aos estados que ainda não fizeram a adesão. O Secretário Nadalim agradeceu as sugestões e informou que as providências sugeridas seriam encaminhadas.

A Secretária Izabel passou imediatamente a palavra ao Presidente do FNDE, Marcelo Ponte, para a apresentação relativa às ações da referida autarquia.

O Sr. Marcelo saudou os presentes e enfatizou o diálogo permanente e o clima organizacional com a SEB e outras secretarias do MEC, assim como com Undime e Consed, em prol da melhoria da educação básica brasileira. Informou que sua breve apresentação se concentraria em mostrar os grandes números do FNDE em 2020.

Começou informando que, até a data da reunião, 10/12, o percentual de execução estava em 93% e que seguiam trabalhando para chegar aos 100%.

Quanto aos recursos descentralizados para estados e municípios, apresentou *slides* com os números por programa.

No **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, segundo o Presidente, haviam sido transferidos recursos na ordem de 3,9 bilhões, atendendo 40 milhões de estudantes em 150 mil escolas.

REPASSES DE RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS



Alimentação Escolar - PNAE
R\$ 3,9 bilhões
 Para atendimento de mais de **40 milhões de estudantes** da educação básica, em cerca de **150 mil escolas**.

Já no que se refere ao transporte escolar, o **programa Caminhos da Escola** havia realizado aporte de mais de 3.200 ônibus, enquanto que o **PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar)** havia repassado recursos na ordem de 701 milhões, beneficiando 4,46 milhões de estudantes da educação básica.

REPASSES DE RECURSOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS



Transporte Escolar
Programa Caminho da Escola
R\$ 238 milhões
 Aporte de mais de **3.200 ônibus** para o Programa Caminho da Escola em todo o Brasil.



Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)
R\$ 701 milhões
 Valor repassado por meio do PNATE, correspondente às parcelas transferidas, beneficiando **4,46 milhões de estudantes** da educação básica.

Seguindo a apresentação, o Sr. Marcelo apresentou os números do **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. Somando os repasses do PDDE básico com o das ações agregadas, o presidente destacou que havia sido repassado para as escolas um montante de 1,5 bilhões. Ele destacou também o PDDE emergencial, liberado a partir de setembro, por orientação do Ministro Milton Ribeiro, para apoiar as escolas da educação básica neste contexto da pandemia de Covid 19. Os recursos do PDDE emergencial somam 525 milhões.

Ao tratar do **Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica)**, o Sr. Marcelo informou que em 2020 o valor de repasse da complementação da União havia sido de 12,01 bilhões. Já no **Salário-Educação**, foram pagos, de acordo com os dados apresentados, até novembro de 2020, 9,9 bilhões.



Na sequência foram apresentados números do **Plano de Ações Articuladas (PAR)**, por meio do qual o FNDE empenhou 930 milhões aos estados e municípios, dos quais 586 milhões já haviam sido pagos. No que se refere às obras, informou que 855 prédios escolares haviam sido concluídos em 2020, dentre esses, 267 creches do Programa Proinfância.

Antes de concluir, o Presidente do FNDE informou que em outubro havia sido realizada uma importante reunião do Conselho Deliberativo do FNDE, da qual saiu um conjunto de resoluções que visam apoiar os sistemas educacionais no contexto da pandemia. Informou ainda que o FNDE está preparando estratégias para formação dos novos gestores, que foram eleitos, para capacitá-los quanto à gestão e execução dos recursos para a educação.

A Secretária Izabel agradeceu a apresentação do Sr. Marcelo e comentou que a maior parte dos recursos e programas da SEB é executada pelo FNDE e que, nesse contexto, tem sido desenvolvida uma forte parceria entre as duas instituições. Exemplo disso, ela destacou a realização de uma série de webinários que visam auxiliar as redes de ensino a resolver as questões relativas à regularidade fiscal, bem como facilitar a execução dos recursos que estão parados em conta, referentes ao **EMTI**.

O representante da região Sul, Sr. Natalino Uggioni, informou que o Consed havia realizado uma reunião extraordinária com o objetivo de entender quais eram os gargalos que estavam dificultando a execução dos recursos do EMTI. De acordo com sua fala, um ofício seria encaminhado ao FNDE e à SEB com os resultados encontrados. Informou ainda que haviam solicitado uma reunião sobre esse assunto, se possível na semana seguinte, e ressaltou que as atas nacionais são muito relevantes para auxiliar a aplicação desses recursos nos estados.

Em relação ao **Pnae**, o Sr. Natalino relatou que, no ano de 2020, houve tratativas com o MEC no sentido de que os recursos fossem repassados por meio de cartão de débito para uso das famílias dos estudantes, tratativas essas que não foram exitosas. Assim, cada Secretaria de Educação, segundo ele, está se organizando para entregar os *kits* de alimentos para as famílias dos estudantes. No entanto, para 2021, antevendo a continuação da pandemia e o retorno às aulas presenciais de algumas redes de ensino, destacou que, em Santa Catarina, por exemplo, seria aplicado um regime de alternância, com alunos ora frequentando aulas presenciais, ora ensino remoto. Em vista disso, destacou que terão de fornecer alimentação, ao mesmo tempo, para os alunos que estiverem nas escolas e para os que estiverem em atividades não presenciais. Assim, considerou a importância da criação de um instrumento que facilite o trabalho dos estados e dos municípios nesse sentido. Em Santa Catarina, conforme informou, está em estudo a utilização de um cartão de débito para as famílias que estiverem com alunos em atividades remotas.

Em seguida, o Sr. Luís Miguel agradeceu a atenção do Presidente do FNDE e colocou a Undime à disposição para a capilarização e mobilização regional das ações propostas. Reforçou a importância das atas nacionais

para a construção de um patamar nacional de preços e, quanto ao PNAE, mencionou que os gastos com logística consumiam parte considerável dos recursos do programa, concordando com o Sr. Natalino sobre a necessidade de se pensar em mecanismos que facilitem esse processo.

O representante da região nordeste, pelo Consed, Fred Amâncio pediu a palavra e observou que, durante a exposição realizada pela SEB a respeito do **PAR 2021-2024**, ficou preocupado com o fato de que, no presente ano e em anos anteriores, o sistema esteve aberto para a inserção de processos, projetos, documentos e que, apesar de se utilizar o termo PAR 2021-2024, sugeriu que não se perdesse o trabalho já realizado por estados e municípios ao longo dos últimos anos e que todo esse esforço fosse aproveitado nesse novo ciclo denominado PAR 2021-2024.

O Sr. Marcelo, do FNDE, informou que havia anotado as observações apresentadas e que as levaria para as equipes técnicas, discutiria com a Secretária Izabel e daria um retorno sobre essas questões nos próximos encontros com os presentes.

Alexander Moreira explicou que nada do PAR será perdido e que a manutenção das informações estaria garantida para o novo ciclo. Informou ainda, que iria marcar uma apresentação específica para o Consed e para a Undime a respeito do PAR 2021-2024, ainda no ano de 2020, conforme acrescentado pela Secretária Izabel.

Na sequência, o Sr. Gustavo Moraes, representante do Inep, iniciou sua apresentação observando que, ao longo de 2020, a referida autarquia havia prestado assessoria técnico-científica a todas as secretarias do MEC, no sentido de se avançar sobre o entendimento das questões educacionais. Além disso, segundo destacou, o Inep tem tido um papel fundamental na discussão do Fundeb e na discussão do custo aluno-qualidade, com os estudos sendo feitos principalmente no âmbito da Diretoria de Estudos Educacionais – DEE. Especificamente para a presente reunião da Instância Permanente, ele explicou que a ideia era apresentar questões relativas ao Plano Nacional de Educação – PNE, conforme corroborado pela Secretária Izabel.

A Secretária acrescentou que se espera que tanto as questões do **Fundeb, como do novo Ideb e do novo Saeb** sejam tratadas em reuniões futuras da Instância Permanente, embora os atores presentes também façam parte dos demais fóruns específicos. Além disso, a Secretária destacou que o MEC tem se dedicado exaustivamente à análise e discussão dos relatórios e dos indicadores do Fundeb, estando tecnicamente atento a todas as proposições apresentadas.

Quanto ao **Plano Nacional de Educação - PNE**, o Sr. Gustavo expôs, que foi realizada uma série de webinários para a discussão de cada uma das 20 metas e que, para o momento, seria importante apresentar os aprendizados e reflexões gerados a partir das análises e discussões realizadas pelo Inep. Assim, compartilhou uma apresentação (anexo), iniciando com a menção à publicação do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE e com a citação do artigo 5º da Lei 13.005/2014, segundo o qual o monitoramento do PNE deve ser realizado pelo MEC, pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Fórum Nacional de Educação. O papel do Inep, então, seria o de publicar, a cada dois anos, estudos sobre o monitoramento e o alcance das metas do PNE, o que é realizado por meio dos Relatórios de Monitoramento das Metas e dos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais.

Nesse sentido, ele continuou expondo que um primeiro aprendizado desse processo de monitoramento refere-se à importância da busca de evidências, a fim de que o Plano Nacional de Educação seja realmente pautado em evidências numéricas, estatísticas, quantitativas e, fundamentalmente, interdisciplinares, ou seja, de todas as áreas científicas e tecnológicas, para que haja uma melhor construção do monitoramento e melhor interpretação do alcance de suas metas.

Uma dificuldade enfrentada no processo de monitoramento, de acordo com a fala do Sr. Gustavo, foi construir e reunir as bases de dados, principalmente porque as bases de dados existentes não necessariamente estavam sob a gestão do MEC. Além disso, foi identificada a necessidade de uma interdisciplinaridade técnica ampla para lidar e bem navegar pela enorme quantidade de informações e

questões técnicas envolvidas em todas as bases de dados utilizadas. O processo de escrita também foi considerado relevante, na medida em que confrontava a teoria com as evidências encontradas, bem como confrontava as próprias certezas dos pesquisadores no intuito de construir o conhecimento educacional.

Assim, o representante do Inep resumiu os principais aprendizados e dificuldades encontrados durante o trabalho dessa instituição, ao longo desses anos de monitoramento das metas do PNE, os quais considerou que deveriam estar na mente dos presentes, como insumos para as discussões do próximo Plano Nacional de Educação, a saber:

1. Ausência ou insuficiência de base de dados para o monitoramento das metas e estratégias do PNE: nesse sentido, o Sr. Gustavo comentou que é preciso criar metas e estratégias que estejam ao alcance da sociedade brasileira de monitorar, ou seja, antes de serem criadas metas e estratégias, é necessário verificar se há bases de dados suficientes para o seu monitoramento;
2. Insuficiência dos diagnósticos prévios para a definição de metas: segundo ele, a Lei 13.005/2014 foi elaborada sem a existência de diagnósticos prévios para muitas das metas, o que gerou problemas como a definição de metas muito aquém da nossa capacidade, como, por exemplo, a meta de formação de mestres e doutores, e, por outro lado, problemas como a definição de metas superestimadas, isto é, muito além do que seria possível alcançar em 10 anos, levando a um sentimento de impotência do Estado brasileiro quanto ao seu cumprimento.
3. Existência de metas e estratégias que não são facilmente quantificáveis: exemplo disso foi a questão da instituição da gestão democrática: o que é, de fato, e como se mede essa questão? De acordo com o Sr. Gustavo, é preciso que as metas e estratégias sejam facilmente quantificáveis, a fim de que possam ser adequadamente monitoradas.
4. Dificuldade em monitorar a evolução municipal e estadual das metas: taxas de cobertura municipais apresentam uma dificuldade operacional grande, pois dependem do censo populacional, que só é realizado a cada 10 anos, não sendo cientificamente adequado utilizar a população da PNAD para isso, por exemplo.
5. Riscos de incompreensão de realidades quando observadas de maneira agregada: o Sr. Gustavo exemplificou esse item observando que o acesso à educação básica é quase integral, mas, quando desagregado por regiões, por unidades da federação, por diferentes grupos, por raça/cor, ou por renda, podem ser observadas diferenças que de maneira agregada não seriam perceptíveis. Assim, em sua opinião, é importante desagregar as metas do PNE.
6. Poucas definições quanto a objetivos intermediários: a meta 7, relativa ao IDEB, possui objetivos intermediários, mas a maioria das metas está estabelecida apenas para o final do Plano, em 2024, então, a rigor, só seria possível aferir se estão sendo cumpridas ou não, no ano de 2024. Nesse sentido, afirmou o Sr. Gustavo que seria preciso estabelecer objetivos intermediários para as metas, pelo menos, para cada dois anos.

Em seguida, o Sr. Gustavo Moraes destacou as inovações incorporadas ao Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE, a primeira delas sendo a ampliação para 57 o número de indicadores trabalhados. A segunda inovação refere-se ao conteúdo da Introdução, que agora traz um resumo bastante qualificado do PNE. As Notas Metodológicas, por sua vez, passam a reunir todas as informações a respeito do que foi modificado nos indicadores e, além disso, foi inserido um tópico com as principais conclusões ao final do capítulo de cada meta, bem como diferentes desagregações e ficha técnica para cada indicador.

Outra inovação importante foi a colocação de um Quadro Resumo com os 57 indicadores no Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE. Nesse Quadro Resumo, segundo ele, é possível verificar tanto o nível de alcance da meta, que significa o quanto o indicador avançou no total, em toda a sua história, desde o período anterior ao início do PNE, como também verificar o seu nível de execução, ou seja, o que foi alcançado considerando somente o período de vigência do PNE, ou seja, o quanto andamos desde 2014.

Dito isso, o Sr. Gustavo apresentou os resultados gerais para o 3º Ciclo do PNE (2014-2020), a seguir descritos:

Quanto ao Nível de Alcance:

- 6 indicadores já chegaram a 100% do nível de alcance;
- 26 indicadores têm nível de alcance maior do que 80%;
- 42 indicadores têm nível de alcance maior do que 50%;
- Média de Alcance: 75%;
- Mediana do Alcance: 80,3%

Ele explicou ainda que, nesse caso, a utilização da mediana é mais adequada do que a média, para se evitar distorções, o que significa dizer que, do seu sonho educacional, o Brasil já andou 80% do caminho. Em sua opinião, esse resultado, ao contrário do que é dito no discurso comum, de que tudo vai mal da educação brasileira, mostra o avanço ocorrido e reconhece o esforço histórico de professoras, professores, gestores da educação, técnicos em assuntos educacionais e estudantes.

Quanto ao Nível de Execução:

- 4 indicadores já chegaram a 100% do nível de execução;
- 31 indicadores têm nível de execução menor do que 60%;
- 6 indicadores tiveram retrocesso;
- Média de Execução: 48,3%;
- Mediana do Alcance: 30%.

Quanto à mediana do nível de execução, conforme esclarecido pelo Sr. Gustavo, estamos em 30%, isto é, na metade do que se esperaria para os 6 dos 10 anos do período do PNE, o que seria uma execução mediana de 60%. Em outras palavras, houve um avanço no alcance, mas a execução do PNE está abaixo do esperado, sendo ainda necessário um esforço da gestão para que se consiga avançar mais até 2024.

Para finalizar, o Sr. Gustavo apresentou uma mensagem do 1º Presidente do Inep, Sr. Lourenço Filho:

“É certo que não se deve pensar que todos os problemas de educação sejam de natureza técnica e possam resolver-se, afinal, no domínio do quantitativo. Ao lado de uma técnica, deverá haver sempre uma política e uma filosofia de educação. Mas, mesmo a estas, a estatística pode e deve servir no esclarecimento de muitos de seus problemas e na proposição de novas questões a serem consideradas.”

Assim, o representante do Inep encerrou a exposição afirmando que o papel da instituição é o de trazer as estatísticas educacionais para jogar luz sobre a educação brasileira, mas que o que muda mesmo a educação são as políticas públicas e a filosofia da educação que se defende dentro do Ministério da Educação.

A Secretária Izabel agradeceu a excelência da apresentação e indagou se os presentes gostariam de se manifestar.

A Sra. Cecília considerou muito boa a leitura do Inep e sugeriu que os novos prefeitos ou os novos secretários municipais de educação pudessem ter acesso a essa exposição sobre o PNE, dado que 2024 coincide com o fim da gestão desses novos prefeitos e secretários.

O Sr. Luiz Miguel considerou muito relevante a sugestão e afirmou que entrará em contato com o Sr. Gustavo a esse respeito.

Na sequência, a Sra. Izabel ressaltou que esse estudo apresentado pelo Sr. Gustavo é importante para uma reflexão sobre se as metas são de fato factíveis, pois os tribunais de contas cobram o que está escrito na lei, mas nem sempre o que está escrito na lei é factível. Ainda, segundo a Secretária, também é importante para

auxiliar a elaboração do próximo PNE, para se pensar o que será estabelecido como meta, pois o gestor público deve estar atento a isso.

Em complemento, a Sra. Cecília comentou que o Sr. Natalino havia feito uma apresentação bem detalhada sobre as metas do Plano de Educação de seu estado e até onde poderiam chegar durante a sua gestão, explicitando aquilo que não seria factível e colocando para aprovação da Assembleia Estadual um replanejamento do alcance esperado para as metas estaduais. Comentou ainda que não sabia se o mesmo poderia ser feito na esfera nacional.

O Sr. Vitor de Angelo acrescentou que no Espírito Santo não houve espaço político para tal alteração, pois essa discussão seria traduzida no debate público como uma volta atrás e não como um replanejamento. Seria interpretada como uma intenção de não se querer alcançar as metas, e não como um processo inerente ao planejamento, que pressupõe reavaliações constantes. Assim, as metas foram mantidas, apesar da percepção clara da não possibilidade de seu atingimento, pois elas foram estabelecidas em um contexto diferente do que temos atualmente, ressaltou o representante da região sudeste, pelo Consed.

Em vista dessas observações, o Sr. Gustavo ressaltou a necessidade de uma mudança de postura de discurso em relação ao Plano Nacional de Educação. Exemplificou sobre a necessidade de universalizar o acesso à educação básica de crianças e jovens, ou seja, alcançar 100%. Conforme destacou, chegamos em 98,1% e afirma-se que não alcançamos a meta. No entanto, sabe-se que nunca se chegará a 100% e que 98,1% já está na margem de erro da PNAD, o que significa dizer que a meta já foi integralizada, em termos estatísticos. Segundo ele, é preciso focar, então, no aspecto positivo de termos conseguido realizar um esforço para colocar 98,1% de crianças e jovens nas escolas, e não no aspecto negativo do pouco que ainda falta alcançar.

Outro exemplo apontado pelo Sr. Gustavo foi o da meta 11, de matrículas na educação profissional técnica de nível médio. Quando foi iniciada a elaboração do PNE, as matrículas estavam em torno de 1 milhão e a meta era de duplicar esse número. No decorrer das discussões sobre a lei, as matrículas subiram para 1,6 milhão e, quando o texto do PNE foi aprovado, a meta tinha passado a ser triplicar esse número, ou seja, alcançar, 4,8 milhões de matrículas até 2024. Isso é quase todo o ensino médio e, portanto, essa meta não será alcançada, destacou ele. No entanto, ressaltou ainda, ser preciso levar em consideração o avanço obtido nos seis anos do Plano, de ampliação das matrículas em 17%, e focar nos aspectos positivos do que já se conseguiu alcançar até o momento.

Destacou ainda que, para um próximo plano nacional de educação, o MEC, hoje, com o trabalho do Inep, reúne mais condições para avaliar se uma meta é factível ou não.

O Sr. Fred Amâncio parabenizou o Sr. Gustavo e comentou que, durante a elaboração do PNE, em várias das metas parecia que se buscava mais colocar no papel os nossos sonhos para a educação, inclusive quanto às métricas, do que necessariamente algo baseado em estudos. As metas do IDEB, ao contrário, por já haver um histórico de avaliação do Saeb, foram construídas com métricas mais realistas, mesmo que não tenham sido alcançadas todas, destacou o representante do Consed, pela região nordeste.

Observou ainda o Sr. Fred que, o representante do Inep trouxe um conceito extremamente relevante, o de nível de execução, que é o que efetivamente se mede, para um próximo plano nacional de educação, que já está em tempo de ter sua construção iniciada, a fim de que dialogue com os planos estaduais e municipais e que esteja vigente a partir de 2025.

Em seguida, o Sr. Fred observou que gostaria de reforçar a importância da proposição de políticas específicas para os **anos finais do ensino fundamental**, que, segundo ele, representam uma etapa de ensino efetivamente esquecida, apesar dos interessantes debates ocorridos junto à SEB desde a época do Secretário Janio. De acordo com sua fala, houve algumas discussões sobre propostas de políticas, como a de ampliação da carga horária, bem como houve a percepção de que essa etapa não é apenas a continuidade dos anos iniciais, porque já lida com os anseios e angústias de pré-adolescentes e adolescentes, muito mais próximos das características dos jovens do ensino médio. Nesse sentido, **sugeriu a criação de políticas mais alinhadas, que os preparem para o ensino médio, com projetos de ampliação da carga horária ou de ensino em tempo integral, e inclusão de temas como projetos de vida e protagonismo.**

Quanto ao **EMTI**, o Sr. Fred observou que vários estados avançaram em projetos de ampliação da quantidade de escolas em tempo integral e indagou à Secretária Izabel se existe uma proposta de uma nova portaria para ajudar esses estados que estão com planos de expansão.

Por último, o Sr. Fred sugeriu uma **flexibilização da legislação do EMTI para facilitar o uso dos recursos, inclusive permitindo o uso do saldo de recursos existentes nos estados para implantação do EMTI em novas escolas**, e não somente nas escolas das portarias anteriores, juntando os recursos para toda a rede de escolas de tempo integral.

A Secretária Izabel respondeu afirmando que existe um problema não somente no EMTI, mas também no Educação Conectada: o desenho das políticas e ações está muito burocrático, difícil de entender e de executar. Comentou que, nos três meses que tem estado à frente da SEB, tem buscado reformular todos esses processos. Informou que a questão da flexibilização do EMTI já está na perspectiva, porém, não será possível atender a universalidade das escolas, e observou que a lei que obriga o financiamento das mesmas escolas por 10 anos retira das secretarias de educação a possibilidade de fazer a gestão dessas escolas.

A Secretária Izabel afirmou também que já está em fase de conclusão um programa voltado para os anos finais do ensino fundamental e agradeceu as contribuições e sugestões do Consed e da Undime, pois, segundo a titular da SEB, elas permitem que as políticas desenvolvidas por este governo não sejam meras políticas de gabinete, mas, sim, políticas que olham para a realidade.

Por fim, a Secretária Izabel sugeriu que as próximas **reuniões ordinárias da Instância Permanente** ocorressem nos **dias 04/02/2021 e 09/12/2021**, bem como sugeriu a realização de uma reunião extraordinária no meio do ano de 2021, para reavaliação dos trabalhos ora em desenvolvimento, ao que todos concordaram.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Coordenadora da Instância, Secretária Izabel Lima Pessoa, deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Felipe Campos de Oliveira, Secretário Executivo da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, estados, DF e municípios, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Uggioni, Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Amorim de Angelo, Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio de Oliveira, Diretor(a), Substituto(a)**, em 07/01/2021, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Henrique Moraes, Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LOPES DA PONTE, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vilson Sena de Macedo, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Lueders, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio de Barros Correia Gomes Filho, Secretário(a), Substituto(a)**, em 08/01/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos de Souza Lobo, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Lima Pessoa, Secretário(a)**, em 08/01/2021, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Miguel Martins Garcia, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO DA COSTA AMANCIO, Usuário Externo**, em 08/01/2021, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2429251** e o código CRC **ED3E864A**.